

Inocêncio desmonta plano para livrar três deputados

Presidente da Câmara rejeita vários nomes para Comissão de Constituição e Justiça

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — Ao longo desta semana foi abortada uma manobra ousada destinada a salvar a pele dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), três figuras proeminentes da Câmara incluídas na lista de cassações pela CPI do Orçamento. O plano, detectado a tempo e comunicado à Presidência da Câmara, consistia em rechear a Comissão de Constituição e Justiça de nomes simpáticos aos três envolvidos no escândalo do Orçamento. A comissão, à qual compete aprovar ou arquivar as punições recomendadas pela CPI, será a instância julgadora mais importante do processo, já que dificilmente o plenário modificará o parecer final que ela produzir.

A manobra envolvia os três partidos mais expressivos do Congresso — PMDB, PFL e PPR, aos quais caberá, pelo critério da proporcionalidade, indicar 28 dos 54 membros da Comissão, que se somarão aos 10 votos do PP, PTB, PRN e PSD, partidos comprometidos com as irregularidades. A composição da comissão, do modo como foi apresentada à Mesa da Câmara pe-

los líderes dos partidos, criava uma correlação de forças que poderia alterar profundamente o relatório da CPI. "Não permitirei qualquer manobra que afronte a imagem e a integridade da instituição", advertiu o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que rejeitou a composição da comissão e instruiu os líderes partidários a reformular a lista de indicações.

Na lista enviada à mesa, o PMDB, por exemplo, incluiu entre os 11 membros a que tem direito pelo menos seis aliados potenciais de Ibsen (Ary Kara, Felipe Neri, João Natal, José Dutra, Mendes Ribeiro e Nelson Jobim), dois queristas com participação duvidosa em outras CPIs (José Thomaz Nonô e Nilson Gibson), e um ex-querista, Roberto Rolleberg, também alvo de desconfianças. Restaram como indicações isentas os deputados José Luiz Clerot e o desconhecido Maurici Mariano. No lado do PFL, pelo menos cinco das nove indicações recaem sobre nomes simpáticos a Ricardo Fiúza, enquanto no PPR praticamente todas as oito indicações são colocadas sob suspeita.

O PP chegou a indicar dois membros denunciados pela CPI como envolvidos no escândalo do Orçamento (João de Deus Antunes e

Paulo Portugal), enquanto o PSC indicou o deputado Augusto Farias, irmão de PC Farias, como seu único representante. Embora não tenha o poder de alterar a proporcionalidade da representação dos partidos na Comissão, Inocêncio recomendou aos líderes das três grandes legendas que dêem prioridade na indicação a parlamentares com formação jurídica sólida e conduta política insuspeita, além de equidistância em relação aos envolvidos no escândalo. O prazo para as substituições se estenderá até o final desse mês, de modo a permitir que até 1º de fevereiro, no mais tardar, comecem os trabalhos da comissão.

Autocrítico, o pernambucano Nilson Gibson antecipou-se a um possível convite e pediu para ser substituído, até porque desligou-se do PMDB recentemente. Para o seu lugar deverá ser indicado Valter Pereira. Nelson Jobim também escapou do constrangimento por ser relator da Revisão Constitucional e por isso será igualmente substituído. O esforço da Câmara em evitar manobras se concentrará agora na nomeação dos relatores de cada um dos subgrupos da comissão, que julgarão os denunciados pela CPI conforme a natureza da infração cometida.

PARECER
DEVERÁ
SER
DEFINITIVO